

GIVALDO BARBOSA



Camarinha (de óculos) assumiu o comando prometendo manter as Forças Armadas no limite constitucional

PT e industriais vão buscar proposta comum

Os presidentes da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco reúnem-se quinta-feira com o presidente nacional do PT, Luís Inácio Lula da Silva, para tentar um acordo nas questões trabalhistas antes do início das votações da Constituinte. O que ficar acertado entre empresários e sindicalistas vai ser encaminhado ao relator Bernardo Cabral como sugestão negociada para integrar o novo projeto de Constituição. Os trabalhadores acertaram os últimos detalhes para o encontro, ontem quando os representantes da CUT e outras entidades sindicais (ndes, CPB, Fenaj e Contag) foram recebidos por Cabral. A CGT, convidada a participar, não compareceu.

A Central Única dos Trabalhadores trouxe a Brasília um documento — logo entregue ao relator — no qual aponta nove reivindicações consideradas básicas pelos trabalhadores, mas não atendidas satisfatoriamente no primeiro substitutivo. Entre essas reivindicações estão a estabilidade, a jornada de trabalho de 40 horas semanais, a aposentadoria por tempo de serviço sem limi-

te de idade, a liberdade, autonomia e independência sindical e o direito de greve, sem qualquer restrição legal. De todas, entretanto, Bernardo Cabral assegurou apenas o atendimento da que diz respeito a aposentadoria. Segundo ele, o novo substitutivo, a ser entregue na sexta-feira, não fixará o limite de 53 anos para a aposentadoria do homem e de 48 anos para a mulher, conforme está no atual projeto. Mas Bernardo Cabral disse que algumas das reivindicações já foram atendidas a contento, como o direito de greve.

A entrega do documento da CUT ao relator foi feita a portas abertas, na primeira secretaria da Constituinte. Mas logo em seguida o deputado Lula pediu a saída da imprensa para que os sindicalistas pudessem negociar com tranquilidade. Depois de uma hora, as portas voltaram a ser abertas. O relator, em entrevista, disse que tem ouvido todos os segmentos da sociedade e que ninguém poderá dizer que se recusou a fazer reuniões com empregados, empregadores e entidades de classe. Cabral garantiu que está "colhendo a média das opiniões". Desses setores, e espera vê-la refletida no seu novo substitutivo. O

relator lembrou que as reivindicações apresentadas ontem já eram conhecidas. "Nós estamos apenas apurando arestas", disse. Sobre o atendimento de cada uma delas, ele preferiu não fazer promessas. "Vou levar as propostas ao plenário, que as recusará ou as atenderá".

O presidente da CUT, Jair Meneghelli, por sua vez, pensa que ainda é possível obter alguns avanços no novo substitutivo, na medida em que Bernardo Cabral garantiu já ter modificado a aposentadoria, e afirma ser possível discutir a redução da jornada de trabalho, desde que "encontremos uma fórmula que possibilite a adaptação das empresas". Segundo Meneghelli, Cabral pensa ainda em avanços na questão da estabilidade. Jair Meneghelli garantiu que os trabalhadores estão dispostos a discutir seus direitos, mesmo que em questões como a estabilidade no emprego não seja aprovada a fórmula de 90 dias proposta pela CUT. "Precisamos estabelecer algo a nível de Constituição que não permita a arbitrariedade das dispensas por parte dos empresários", ponderou. "Pode até não ser a estabilidade absoluta", disse.

rigente do Diap, Ulisses Riedel.

A parte de debates prosseguiu até as 13h, com a sessão sendo interrompida para almoço e entrega de um documento ao relator Bernardo Cabral. O encontro prosseguiu à tarde, com o debate do tema reforma agrária, tendo como expositor o deputado Vicente Bogo (PMDB-RS), ligado ao MUP. Hoje, há debates pela manhã e o encerramento está previsto para as 19h, depois de uma visita em conjunto a membros da Comissão de Sistematização.

Este debate só aliena, diz cardeal

São Paulo — A polarização das lideranças políticas na Constituinte em torno da definição do tipo de regime a ser adotado — parlamentarismo ou presidencialismo — foi qualificada ontem pelo cardeal-arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, como uma alienação com relação aos problemas nacionais. Condenando a marginalização a que foram relegados temas sociais e trabalhistas importantes, Dom Paulo afirmou que "o povo precisa de ordem no País, de uma disciplina urgente dos gastos nacionais e de uma política clara em relação ao endividamento externo". Ordem, acrescentou, "significa uma clara definição da política econômica, uma execução exemplar dela por vigilância do parlamento e uma total abertura dos gastos para a imprensa, com controle da opinião pública sobre o que se passa no País. Dom Paulo acha que a principal causa da "alienação" nos debates da Constituinte é a busca de poder por parte de grupos querendo preservar suas áreas de influência.

— O Brasil não quer ser governado por elites ou grupos e nem por um partido. O essencial é buscar soluções para hoje e amanhã com objetividade — afirmou.

EMFA quer cumprir objetivos políticos

O novo ministro-chefe do Estado Maior das Forças Armadas, tenente-brigadeiro Paula Camarinha, disse ontem, ao assumir o cargo, que se esforçará "no sentido de que as Forças Armadas participem, dentro de suas atribuições constitucionais, da concretização de importantes objetivos políticos, sendo a paz social o principal objetivo".

Camarinha informou que os militares estão confiantes em que as decisões adotadas pelo poder político venham ao encontro dos anseios da maioria do povo brasileiro. Garantiu, também, que a Marinha, o Exército e a Aeronáutica criarão "as condições destinadas a fortalecer o poder nacional" para que o Governo, sob a liderança do presidente José Sarney, possa "construir a Pátria com que todos os bons brasileiros sonham".

O novo ministro, que é assessor direto do presidente José Sarney e coordenador em alto nível dos assuntos comuns às Forças Armadas, prometeu que o EMFA buscará sempre o consenso. "A conciliação é a resposta comum das Forças Armadas", disse, e por isso, em suas várias atividades, ele criará as condições para dar tranquilidade ao Governo.

Camarinha prometeu esforços para que o Estado Maior cumpra sua função principal: estudar e planejar a política, a estratégia e

a doutrina militares, elaborando e coordenando os planos e programas decorrentes. Além disso, pretende "obter total identidade de propósito e de fins, alinhado na união das forças armadas".

O brigadeiro prometeu que vai trabalhar para adequar o EMFA ao cumprimento "de suas atribuições regulamentares e das decisões presidenciais nos superiores interesses da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que constituem um todo coeso na defesa da pátria e na garantia da segurança interna".

A promessa foi feita na presença de todos os ministros militares e mais 14 ministros civis: faltaram Aureliano Chaves, das Minas e Energia; Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência e Assistência Social; Aluizio Alves, da Administração; Almir Pazzianotto, do Trabalho; Aníbal Teixeira, do Planejamento; e Vicente Fialho, da Irrigação.

Além do lado político, ao qual, reconhece, estará atento, elegeu como prioridade o aprimoramento profissional. Além disso, dará continuidade aos planos existentes, elaborados nas administrações anteriores, principalmente aos projetos de fabricação de mísseis e ao complexo militar aeronáutico de Alcântara, no Maranhão e às comunicações militares por satélites.

O ministro Leônidas Pires Gonçalves, presente à solenidade de transmissão de cargo no EMFA, afirmou à imprensa está satisfeito com o texto da Constituição referente ao papel das Forças Armadas. O ministro do Exército, que tem recebido diariamente parlamentares em seu Gabinete, não concorda com o projeto de anistia aos punidos por atos administrativos e por crimes comuns, assunto que vem debatendo em audiências privadas com os constituintes. Em relação ao tema polêmico parlamentarismo/presidencialismo, Leônidas defende o presidencialismo, mas admite um parlamentarismo mitigado.

Moreira Lima, da Aeronáutica, também presente à cerimônia, não toma partido por esse ou aquele regime, ressaltando que o tema deve ser tratado exclusivamente pelos políticos, não pelos militares. A fórmula mais adequada deve ser encontrada, no caso de parlamentarismo, de acordo com a consciência política do povo, destacou citando como argumento alguns países que vivem o parlamentarismo a vários séculos, como a Inglaterra e Itália. Moreira Lima, como seu colega de Exército, vem contactando regularmente com constituintes, defendendo os pontos de vistas militares de interesse na Nova Constituição.

Passarinho: O povo não está satisfeito

Goiania — O senador Jarbas Passarinho garantiu ontem que o povo brasileiro não está satisfeito com o projeto de Constituição que será levado à Comissão de Sistematização. E a culpa, para ele, é dos próprios constituintes: "A fúria legiferante nossa foi, em primeira parte, responsável por isso". A seu ver, a apresentação de 25 mil emendas ao trabalho inicial e posteriormente mais 14 mil na reformulação do trabalho do relator tornou inviável a apreciação do projeto.

O senador do PDS do Paraná fez estas observações em conferência aos participantes do Ciclo de Estudos Sobre Política e Estratégia, da Associação dos Di-

plomados da Escola Superior de Guerra, em Goiânia.

Para ele, "teremos uma Constituição efêmera porque no texto em apreciação há matérias que devem estar na Lei Ordinária. O projeto está cheio de casuísmos, tal como aconteceu na Constituição de 37 para atender ao modelo fascista que se vivia naquele momento. Quando o presidente Getúlio foi derrubado ruíu o princípio filosófico da Constituição que teve que ser alterado".

TUMULTUADA

Jarbas Passarinho acredita que a votação do projeto do relator Bernardo Cabral, na Comissão de Siste-

matização e no plenário da Constituinte será disputada e até mesmo tumultuada, devido aos temas polêmicos como sistema de Governo, reforma agrária, anistia, estabilidade que não alcançaram o consenso.

No seu entendimento o sistema de governo é que vai exigir dos constituintes pronta decisão. "A partir daí outras definições serão necessárias porque não se pode fazer um sistema de ordenamento jurídico nacional igual para o parlamentarismo e para o presidencialismo". Ele se identificou, ideologicamente, com o parlamentarismo, mas garantiu que no momento o Brasil não tem condições de implantar o regime.

Encontro analisa Constituinte

Foi aberto na manhã de ontem o 5º Encontro Nacional do Diap — Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, que hoje tem como preocupação básica a discussão sobre os temas ligados aos trabalhadores e em pauta na Assembleia Nacional Constituinte. A abertura esteve a cargo do ex-presidente da entidade e atual secretário do Trabalho do Rio de Janeiro, Maurício Ellena Rangel.

A primeira palestra foi do ex-deputado João Gilberto, que falou sobre a redução da jornada de trabalho para 40 horas sema-

nais. Em seu discurso Gilberto alinhou todas as reivindicações dos trabalhadores, mostrou que em quase todos os países do mundo essa redução já aconteceu e aproveitou para defender, também, a estabilidade no emprego e as propostas anteriormente aprovadas nas subcomissões e comissões da Constituinte.

Após a palavra de João Gilberto, se pronunciaram, sempre na mesma linha, os debatedores Paulo Pain (PT-RS), Paulo Macarini (PMDB-SC), Geraldo Campos (PMDB-DF), Ivo Vanderlinde (PMDB-SC) e o di-